



## A expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil: o Caso do Curso de Empreendedorismo

*The expansion of Higher Technology Courses in Brazil:  
the Case of Entrepreneurship Course*

*L'expansion des Cours de Technologie Supérieure au Brésil:  
le Cas du Cours d'Entrepreneuriat*

Renan Arjona de Souza<sup>1</sup>  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Paula de Macedo Santos<sup>2</sup>  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Resumo:** O artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos da expansão do Ensino Superior brasileiro, como o aumento na oferta de Cursos Superiores de Tecnologia, tomando como referência o Curso de Empreendedorismo. Esta é uma pesquisa documental cuja fonte principal é a Sinopse da Educação Superior no período de 1997 a 2017. Os principais resultados corroboram a hipótese de que a expansão do Ensino Superior priorizou cursos de graduação de curta duração e o estímulo aos ideais empreendedores, sem o caráter científico-filosófico da formação acadêmica. Dessa maneira, promove, concomitantemente, uma nova forma de precarização da educação superior e a conformação diante do desemprego e informalidade.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Curso Superior de Tecnologia. Empreendedorismo.

**Abstract:** The article aims to present some aspects of the expansion of Brazilian Higher Education, such as the increase in the offer of Higher Technology Courses, taking as a reference the Entrepreneurship Course. This is a documentary research whose main source is the Synopsis of Higher Education from 1997 to 2017. The main results corroborate the hypothesis that the expansion of Higher Education prioritized short-term undergraduate courses and the encouragement of entrepreneurial ideals, without the scientific-philosophical character of academic education. In this way, it promotes, simultaneously, a new form of precarious higher education and conformation in the face of unemployment and informality.

**Keywords:** Higher Education. Higher Education in Technology. Entrepreneurship.

**Résumé:** L'article vise à présenter certains aspects de l'expansion de l'Enseignement Brésilien Supérieur, tels que l'augmentation de l'offre de Cours de Technologie Supérieure, ayant comme référence le Cours d'Entrepreneuriat. Il s'agit d'une recherche documentaire dont la source principale est le Synopsis de l'Enseignement Supérieur de 1997 à 2017. Les résultats principaux corroborent l'hypothèse que l'expansion de

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Administrador da UFRRJ. *E-mail:* [renanarjona@gmail.com](mailto:renanarjona@gmail.com). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/3492292074977618>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-6156-2478>.

<sup>2</sup> Doutoranda e mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora das redes Estadual e Municipal do Rio de Janeiro. *E-mail:* [pauladems@hotmail.com](mailto:pauladems@hotmail.com). *Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/6143408151837586>. *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-8604-9312>.

l'Enseignement Supérieur a donné de la priorité aux cours de premier cycle de courte durée et à l'encouragement des idéaux entrepreneuriaux, sans le caractère scientifique-philosophique de l'enseignement universitaire. De cette manière, il promeut, simultanément, une nouvelle forme précaire de l'enseignement supérieur et de la conformation face au chômage et à l'informalité.

**Mots clés:** Enseignement Supérieur. Enseignement Supérieur en Technologie. Entrepreneuriat.

---

**Recebido em:** 29 de setembro de 2020

**Aceito em:** 06 de fevereiro de 2021

---

## **Introdução**

A partir da abertura comercial brasileira na década de 1990, foram implementadas diversas políticas públicas educacionais para o Ensino Superior no sentido de expandir as oportunidades de acesso ao ensino de graduação e melhorar os índices nacionais de formação. Tais políticas, iniciadas na década de 1990, foram fruto da promoção, em nível mundial, da ideologia da sociedade do conhecimento e da informação, sintetizadas, por exemplo, no Consenso de Washington. Nesse período ocorreram manifestações e resistências expressas por grupos estudantis, sindicatos e docentes das universidades públicas, que reprovavam o processo de expansão de matrículas e de instituições sem o necessário investimento financeiro.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo consiste em apresentar como se deu a expansão do Ensino Superior brasileiro no período de 1997 a 2017, no qual destacaremos, no contexto dessa expansão, os Cursos Superiores de Tecnologia, tomando como referência o Curso de Empreendedorismo.

O texto é derivado de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, cuja principal fonte é a Sinopse da Educação Superior disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A análise desses dados ao longo dos vinte anos pode, além da descrição das mudanças ocorridas na expansão desses cursos, também indicar os motivos pelos quais essas mudanças ocorreram.

Os dados referentes ao período de expansão de Instituições de Ensino Superior e de cursos de graduação refletem a adesão ao projeto neoliberal, que priorizou, dentre outras coisas, a ênfase na criação de cursos de graduação com carga horária mais enxuta e o desenvolvimento da capacidade empreendedora individual. Essa influência não está restrita ao Curso de Empreendedorismo, pois diversos Cursos Superiores de Tecnologia

propõem uma formação que estimula o estudante a criar a sua carreira de forma autônoma, na qual o desafio de empreender passar a ser um ato de sobrevivência pessoal.

### Expansão dos Cursos Superiores de Tecnologia

A educação superior pública na década de 1990 mantinha uma característica elitista de formação, ou seja, as classes sociais mais altas, consideradas pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIMEPE) como A e B<sup>3</sup>, tinham maior facilidade de acesso. Nesse contexto, ao mesmo tempo que as reformas promoviam uma nova formação em nível superior mais flexível, também enfatizava a ampliação do acesso às camadas populares. De acordo com o estudo realizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 1997), nas Instituições de Ensino Superior (IES) federais, em 1995, 55,7% dos estudantes de graduação se enquadravam nas categorias socioeconômica A e B. Desta forma, “a principal oportunidade de acesso à educação superior para o aluno trabalhador, isto é, para o aluno de baixa renda, encontra-se no ensino pago” (INEP, 2003, p. 30).

Os dados da expansão do Ensino Superior, após abertura comercial brasileira, revelam que, além do crescimento das matrículas em IES públicas e privadas, este aumento modificou o perfil do público do Ensino Superior. Na Tabela 1, podemos verificar alguns marcos da expansão por número de IES ao longo desse período.

**TABELA 1** - Evolução do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil – Por organização acadêmica/dependência administrativa

Org. Acadêmica / Dep. Administrativa	1997 <sup>4</sup>		2003		2010		2017	
	PÚB	PRI	PÚB	PRI	PÚB	PRI	PÚB	PRI
<b>UNIVERSIDADE</b>	77	73	79	84	101	89	106	93
<b>CENTRO UNIVERSITÁRIO</b>	1	90	3	78	7	119	8	181
<b>FACULDADE</b>	128	526	86	1436	133	1892	142	1878
<b>IF / CEFET</b>	5	0	31	0	40 <sup>5</sup>	0	40	0
<b>TOTAL</b>	<b>211</b>	<b>689</b>	<b>199</b>	<b>1598</b>	<b>278</b>	<b>2100</b>	<b>296</b>	<b>2152</b>

FONTE: INEP. Elaborado pelos autores.

<sup>3</sup> A classificação socioeconômica da população pelo critério ABIPEME é apresentada por meio de cinco classes, denominadas A, B, C, D e E correspondendo, respectivamente, a uma pontuação determinada. Esse critério cria uma escala ou classificação socioeconômica por intermédio da atribuição de pesos a um conjunto de itens de conforto doméstico, além do nível de escolaridade do chefe de família.

<sup>4</sup> Os primeiros Centros Universitários surgiram em 1997, em decorrência da flexibilização prevista na LDB para a organização das instituições de educação superior. Justifica-se, desse modo, a utilização do ano de 1997 como referência em vez do ano de 1996.

<sup>5</sup> No ano de 2010, dos 40 IF/CEFET, três instituições, apesar de já existirem, ainda não haviam iniciado suas atividades: o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), o Instituto Federal do Amapá (IFAP) e o Instituto Federal do Acre (IFAC). Por esse motivo, as estatísticas oficiais do INEP contam 40 IF/CEFET somente a partir do ano de 2011 (INEP, 2003).

Tomando como referência os dados apresentados na Tabela 1, podemos verificar que, ao longo de vinte anos, a expansão do Ensino Superior se deu, predominantemente, em instituições privadas, mais especificamente em Centros Universitários e Faculdades. Em 2003, comparado a 1997, houve significativo aumento do número de faculdades privadas, como consequência da flexibilização da legislação de educação superior, assim como a queda acentuada no número de faculdades públicas, reflexo da reforma administrativa e da falta de investimentos governamentais na educação superior pública. Por outro lado, em relação às Instituições Tecnológicas, Institutos Federais (IF) e Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFET), aumentou o número de instituições que têm como foco Cursos Técnicos e os CST, também chamados de cursos tecnológicos ou tecnológicos.

A expansão com foco em instituições menores, com menor custo e aumento da ofertas de CST, não ocorreu por acaso. De acordo com Pacheco (2010) a partir da criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, pela Lei Federal nº 8.948 de 1994 (BRASIL, 1994), que transformou Escolas Técnicas Federais em CEFET, surgiram outras leis que impulsionaram a Educação Profissional. Dentre elas, destacamos a Portaria do Ministério da Educação Nº 1005/1997 (BRASIL, 1997), que implementou o Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP), sob responsabilidade da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC).

Tello (2018) destaca que, na década de 1990, o modelo neoliberal adotado por alguns países como o Brasil, resultou numa nova cultura política. Esta condicionou a disponibilidade de crédito financeiro dos organismos internacionais à implementação de políticas públicas voltadas para a área da educação e atendimento aos mais vulneráveis. No Brasil, por exemplo, tal exigência concretizou-se no financiamento para implantação e manutenção do PROEP, que teve origem em operações de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento<sup>6</sup> (BID).

Não é por acaso que somente no período de 1997 a 2003 houve a expansão mais significativa no número de Instituições Tecnológicas. Em 1997, eram cinco instituições. Já em 2003, o número saltou para 31 instituições, tendo-se, portanto, um crescimento de 620%. Esse aumento ocorreu no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entretanto, FHC não foi o único responsável pela expansão da Rede

---

<sup>6</sup> Operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 112, de 18 de novembro de 1997.

de Educação Profissional. Ele deu início ao processo que foi concluído no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As Universidades Federais e os IF/CEFET foram os principais instrumentos do projeto de expansão do Ensino Superior promovido pelas políticas públicas governamentais, oficializadas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>7</sup> e na Reforma da Rede Federal de Educação Profissional<sup>8</sup>, que inclui o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Ao participarem dessa expansão, essas novas instituições oferecem cursos que visam atender às demandas do mercado de trabalho, que exige um trabalhador flexível, capaz de adaptar-se a mudanças e que atue de forma proativa.

Portanto, a expansão do Ensino Superior brasileiro no período de 1997 a 2017 foi fortemente influenciada pelas políticas públicas adotadas, que se refletiram no aumento das IES e dos cursos de graduação de Educação Profissional como os CST. Neves (1994) atribui essa realidade à introdução acelerada de novas e diferentes tecnologias de produção e necessidade de adaptação e conformação da classe trabalhadora.

Nesse contexto, a formação profissional e tecnológica ganha destaque e o estudo da oferta de cursos de graduação torna-se fator chave para entendermos “como” ocorreu a expansão do Ensino Superior e “para quem” ela estava planejada. Vale ressaltar que a expansão das instituições, no período de 1997 a 2017, a criação e a oferta de novos cursos de graduação cresceram em instituições públicas e privadas, mas em proporções variadas e com diferenças nos tipos de cursos oferecidos.

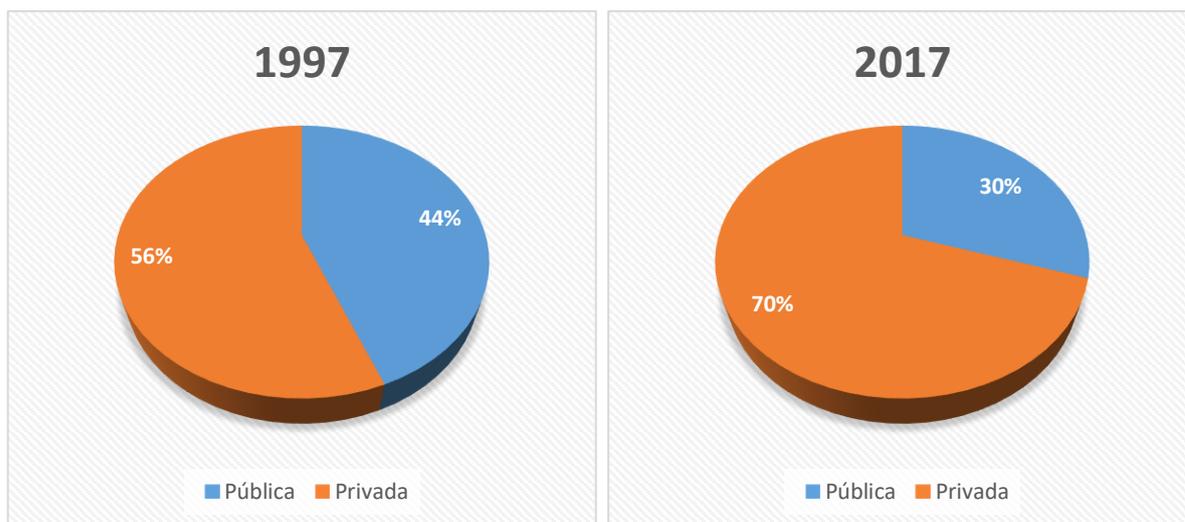
De acordo com a Sinopse Estatística do Ensino Superior, em 1997, eram ofertados 6.132 cursos de graduação presenciais. Já em 2017, houve um crescimento de, aproximadamente, 543%, ou seja, o número passou para 33.272 cursos (INEP, 2017). Durante esse período, houve aumento significativo na oferta de cursos de graduação em IES privadas, conforme apresentado no Gráfico 1 a seguir.

---

<sup>7</sup> Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

<sup>8</sup> Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Posteriormente, Lei 11.892/2008.

**GRÁFICO 1** - Oferta de cursos de graduação presenciais de Ensino Superior no Brasil – Por Dependência Administrativa



FONTE: INEP. Elaborado pelos autores.

O crescimento do número de cursos de graduação no Brasil, no período representado no gráfico, ocorreu em sintonia com o aumento no número de instituições. Mesmo com a expansão dos cursos em IES públicas, a predominância dos cursos de graduação oferecidos por instituições privadas, já existente em 1997, se acentua até o ano de 2017, principalmente em Faculdades e Centros Universitários.

Se por um lado as IES públicas ofertam menor número de cursos de graduação presenciais<sup>9</sup> que as instituições privadas, por outro lado, oferecem maior diversidade de cursos. Em 2003, por exemplo, se no tocante às instituições, o setor público respondia por 11,1% do total das IES do sistema, no tocante aos cursos de graduação, este percentual representava 34,4% da oferta (INEP, 2003). Tal diferença mantém-se constante até o ano de 2017.

Em relação às áreas do conhecimento, os dados dos anos de 1997 e 2017 apontam o fortalecimento da formação em nível superior, de acordo com as mudanças no mercado de trabalho. Em 1997, existiam 140 tipos de cursos, que perfaziam o total de 6.132. Cerca de metade desses cursos era das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que dominavam a oferta. As maiores ofertas eram dos cursos de Pedagogia (482),

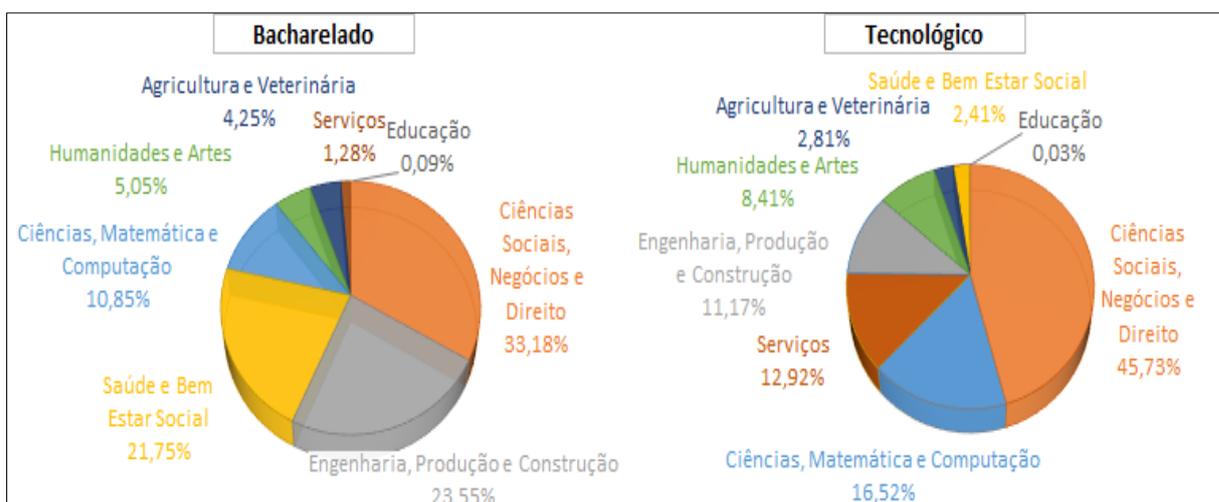
<sup>9</sup> A análise dos dados da Sinopse Estatística do Ensino Superior, no período de 1997 a 2017, demonstrou que a oferta de CST na modalidade à distância aumentou significativamente, assim como nos cursos presenciais. Entretanto, por limitação do texto, a abordagem comparativa entre os anos se restringe a expansão de cursos presenciais. A modalidade à distância será analisada em concomitância com a modalidade presencial somente no caso do curso de Empreendedorismo.

Administração (461), Letras (432), Ciências Contábeis (386), Direito (280) e História (232). Os cursos da área de Ciências da Saúde representavam, apenas, 12% do total; assim como os cursos de Engenharia e Tecnologia formavam uma só área e representavam apenas 4% do total de cursos (INEP, 1997). Esses dados refletem a necessidade de formação em nível superior, em 1997, que atendia a uma demanda do mundo do trabalho de áreas “mais tradicionais”. Entretanto, ao longo dos anos, houve mudanças significativas no panorama de oferta dos cursos de graduação pelas IES no Brasil.

Em 2017, o número de cursos passou de 140, em 1997, para 332 tipos diferentes de cursos de graduação presenciais. Além disso, considerando a mudança na classificação das áreas, somente Ciências Sociais, Negócios e Direito comportavam 29% dos cursos (9.660), seguida da área de Educação (6.519) com 19,5% dos cursos; a soma das participações das duas áreas mais representadas chegava a cerca de metade do total de cursos. As maiores ofertas eram dos cursos de Administração (2.050), Pedagogia (1.510), Ciências Contábeis (1.292), Direito (1.202), Enfermagem (984) e Engenharia Civil (939). Os cursos da área de Saúde e Bem-Estar Social mantiveram-se estáveis quando comparados ao todo (14%). Mas foi registrado o crescimento da oferta de cursos de Enfermagem (Bacharelado); e a área de Engenharia, Produção e Construção chega a 16,6% do total de cursos, com destaque a uma diversificação maior dos cursos e o crescimento da oferta de Bacharelado em Engenharia Civil (INEP, 2017).

Diante do aumento do número de cursos de graduação, surgiram, portanto, com maior representação, os CST, em concomitância com algumas áreas de cursos Bacharelados, como pode ser visualizado no Gráfico 2, a seguir.

**GRÁFICO 2** – Cursos de ensino superior presenciais por área e grau de ensino – Brasil -2017



FONTE: INEP. Elaborado pelos autores

O Gráfico 2 revela um perfil diferente de oferta de cursos de graduação presenciais de acordo com o grau de ensino. No gráfico, o Grau de Ensino das Licenciaturas foi omitido porque dos 6.501 cursos presenciais, 6.499 (99,97%) são da área de 'Educação' e apenas 2 cursos (0,03%) de Artes e Humanidades. Destacamos, portanto, o Bacharelado e o Tecnológico por contemplarem todas as áreas.

É importante, porém, destacar que a área da Educação, dominante nas licenciaturas durante todo o período analisado, constitui-se como uma das áreas com maior número de cursos. Nas Universidades, houve queda do número de cursos de Formação de Professores nas IES privadas e crescimento nas IES públicas, com especial destaque nos IF, na formação de professores de Biologia, Física e Química, motivados pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que incentivou a criação de cursos de Licenciatura com vistas à formação de professores para a Educação Básica. No ano de 2017 a área de Educação foi a que ofertou mais cursos de graduação presenciais nos IF e CEFET (INEP, 2017).

Dos dados apresentados no Gráfico 2, em relação ao Bacharelado, as Áreas de 'Engenharia, Produção e Construção' e 'Saúde e Bem Estar Social', destaca-se o crescimento e diversificação dos cursos de Engenharia e o crescimento do curso de Enfermagem, respectivamente. A área de Saúde e Bem-Estar Social destaca-se por manter a oferta de cursos Bacharelado maior que os CST, pois é uma área que apresenta maior dificuldade para tornar a carga horária dos seus cursos mais enxuta, como o curso de medicina, por exemplo.

No caso do CST, a Área de 'Ciências, Matemática e Computação' destaca-se pelo crescimento na oferta de cursos relacionados à tecnologia e informação, como os tecnológicos de Administração de Redes e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. No caso da Área de 'Serviços', houve nesse período a criação de novos cursos, como os de Gastronomia, Gestão Ambiental e Estética e Cosmética.

Ainda de acordo com o Gráfico 2, o domínio da Área de 'Ciências Sociais, Negócios e Direito' no Bacharelado deve-se ao grande número dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito. No caso dos cursos Tecnológicos, esta Área destaca-se pela variedade na oferta de cursos de gestão, muito aceita pelo mercado de trabalho, como Marketing, Recursos Humanos e Empreendedorismo.

Tais dados revelam a preferência por áreas do conhecimento que possuem cursos que demandam menores custos e investimento em infraestrutura para as instituições como os CST. O curso de Empreendedorismo é um expoente nesse contexto de expansão

do Ensino Superior. Além disso, o CST de Empreendedorismo integra a Área de maior concentração de cursos e de maior crescimento (Ciências Sociais, Negócios e Direito).

### **O Curso de Empreendedorismo**

Segundo Lima (2010), na década de 1990 a atividade realizada pelo trabalhador por conta própria passou a ser associada ao empreendedorismo, dentre outros motivos, pelas políticas de incentivo à formalização de pequenos negócios, atualmente, na figura do Microempreendedor Individual (MEI). Esse movimento se dá pelo aumento e prolongamento da informalidade que, até então, era vista como uma transição para a conquista de um emprego formal.

As reformas de Estado, resultantes do neoliberalismo, destacaram a iniciativa individual como a única responsável pelo ingresso no mundo do trabalho, inclusive, por meio do empreendedorismo. A área da educação tomou para si esse discurso e, no período de 1997 a 2017, sancionou variados dispositivos legais que incentivam o empreendedorismo, seja de forma direta ou indireta. “A valorização do trabalho autônomo empreendedor reinterpreta igualmente o trabalho informal, destacando seu potencial criador vinculado à predisposição individual ao risco e à inovação” (LIMA, 2010, p. 161).

Diante das incertezas do mercado de trabalho, a atividade empreendedora, por meio da capacidade individual de transformar o conhecimento adquirido num negócio próprio, a partir de muito pouco ou quase nada, ganha status de empreendedorismo. Este, marcado pela flexibilidade, abrange desde profissionais altamente qualificados até atividades precárias e improvisadas, como os vendedores ambulantes. Nesse sentido, o empreendedorismo “atribui ao trabalhador a responsabilidade em sua permanência, ou não, no mercado de trabalho, assim como de sua reprodução social” (LIMA, 2010, p. 188).

Seguindo nessa direção, os primeiros cursos em nível de graduação voltados para o Empreendedorismo no Brasil surgiram no ano 2000, quais sejam: curso de Tecnologia do Empreendimento (Bacharelado), no Campus Joaçaba da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); cursos bacharelados de Administração (ênfase em Empreendedorismo e Gestão Estratégica), na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); Administração Empreendedora, no Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE) (INEP, 2003).

A partir de 2007, o Curso de Tecnologia do Empreendimento da UNOESC, transformou-se no Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, em obediência ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, publicado pelo Ministério da Educação em

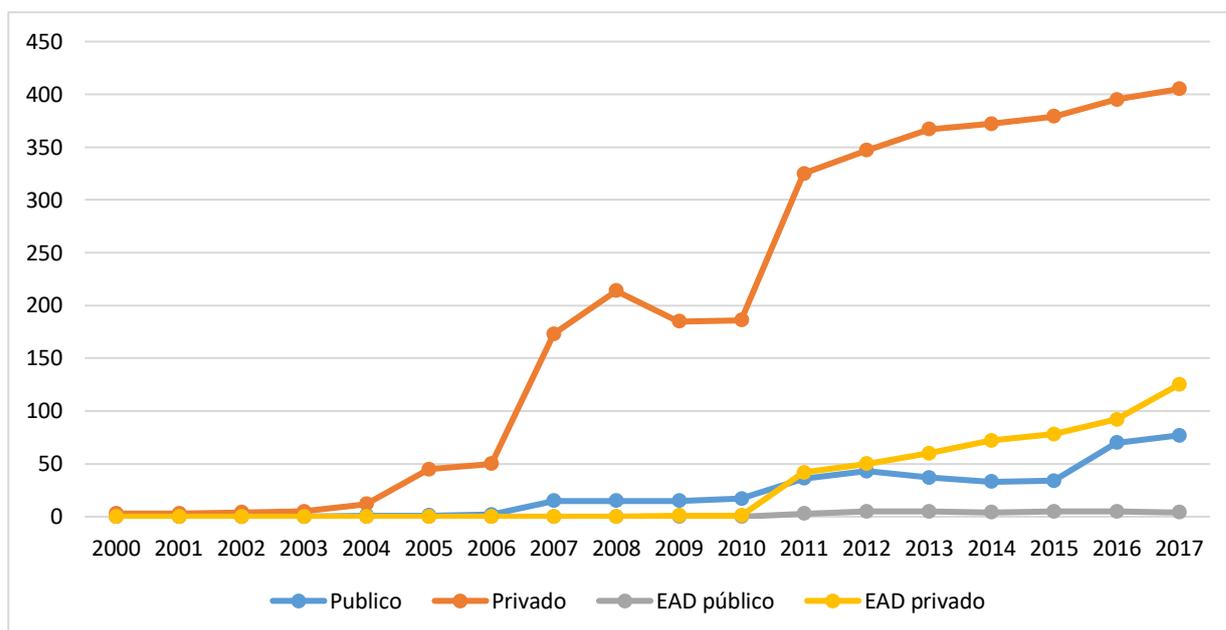
2006. De acordo com a UNOESC, o curso visa preparar o aluno para ter uma visão empreendedora, de forma que o diferencial do curso está na “ênfase em processos organizacionais e negócios empresariais” (UNOESC, 2020).

Nos dias de hoje, a PUC-MG não oferece o Curso de Administração com ênfase em Empreendedorismo e Gestão Estratégica. Entretanto, nessa área, atualmente, a PUC-RS oferece o Curso de Administração na Linha de Formação em Inovação e Empreendedorismo, que visa a desenvolver o comportamento e a capacidade empreendedora. “Hoje em dia, o perfil profissional inovador e empreendedor tem gerado resultados antes inimagináveis para quem decidia enfrentar o desconhecido e empreender em qualquer mercado”. (PUC-RS, 2020). Ainda a respeito da área de empreendedorismo, a PUC-SP oferece o Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais na modalidade presencial e o Curso de Extensão em Empreendedorismo e Gestão que também é oferecido pela PUC-PR.

Assim como as demais instituições, a UNILESTE, atualmente, também não oferece o Curso de Administração Empreendedora. A oferta de Cursos na área de empreendedorismo ficou restrita ao Curso de Bacharelado em Administração, o qual dentre seus objetivos visa a preparar para o exercício da atividade empreendedora como também “formar cidadãos conscientes e profissionais qualificados para o mercado de trabalho, com interesse em implantar e gerir seu próprio empreendimento, funcionando como fomentador deste mercado de trabalho” (UNILESTE, 2019, p. 56).

No período de 1997 a 2017, na primeira década do século XXI, foi registrado tímido crescimento na criação de cursos de graduação presenciais em Empreendedorismo. Entretanto, depois do ano de 2010, essa tendência começou a se modificar e aumentou significativamente a oferta desses cursos, principalmente nas IES privadas, como demonstrado no Gráfico 3, apresentado a seguir.

**GRÁFICO 3** – Evolução do número de cursos de graduação em Empreendedorismo no Brasil – Por Dependência Administrativa<sup>10</sup>



**FONTE:** INEP. Elaborado pelos autores.

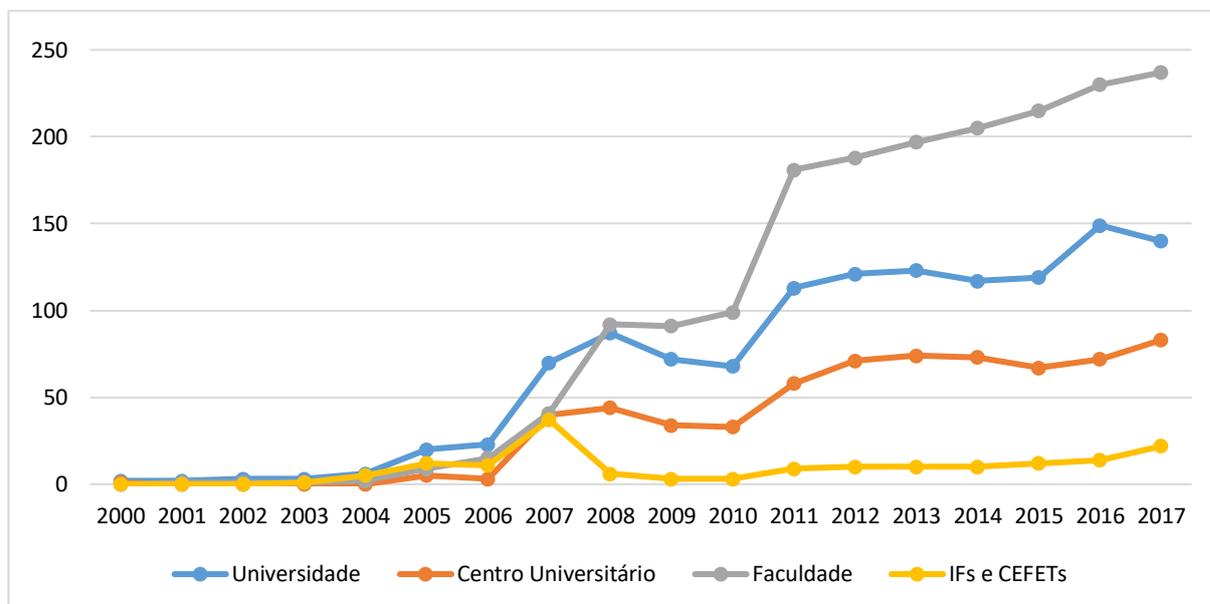
O crescimento dos Cursos de Empreendedorismo no período de 2000 a 2017 está em consonância com a expansão da oferta de CST em geral. No Gráfico 3, destaca-se o crescimento exponencial de 2.480% na oferta de novos cursos de Empreendedorismo no curto período entre os anos 2010 e 2014, com expressivo crescimento na criação de novos cursos em instituições privadas, independente da modalidade. No comparativo entre os anos de 2000 e 2017, o crescimento foi de 7.700% nas IES públicas e 13.500% nas IES privadas.

Nesse contexto, a partir do ano de 2010, podemos notar um crescimento acentuado de novos cursos privados presenciais de Empreendedorismo e um gradual crescimento de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) no âmbito das IES privadas. Além das IES privadas, mais recentemente, entre os anos de 2014 e 2017, podemos observar o crescimento significativo de Cursos de Empreendedorismo em IES públicas, que buscam alinhar suas propostas pedagógicas às tendências do mercado de trabalho. Apesar do crescimento mais recente, o número de cursos em IES públicas ainda permanece, em 2017, muito inferior ao número de cursos em IES privadas.

<sup>10</sup> As publicações da Sinopse Estatística da Educação Superior sofreram uma reconfiguração na organização dos dados nos anos 2007, 2008, 2009 e 2010 nos quais muitos cursos de empreendedorismo foram incluídos como cursos de Competências Gerenciais nestes quatro anos, misturando ambos os cursos. Por este motivo, no Gráfico 3 consideramos o somatório dos números do curso de Competências Gerenciais e Empreendedorismo nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010.

Ao detalharmos o crescimento da oferta de Cursos de Graduação em Empreendedorismo por modalidade acadêmica, podemos observar os diferenciais desta expansão, conforme apresentado no Gráfico 4 a seguir.

**GRÁFICO 4** – Evolução do número de cursos de graduação presenciais em Empreendedorismo no Brasil – Por Organização Acadêmica



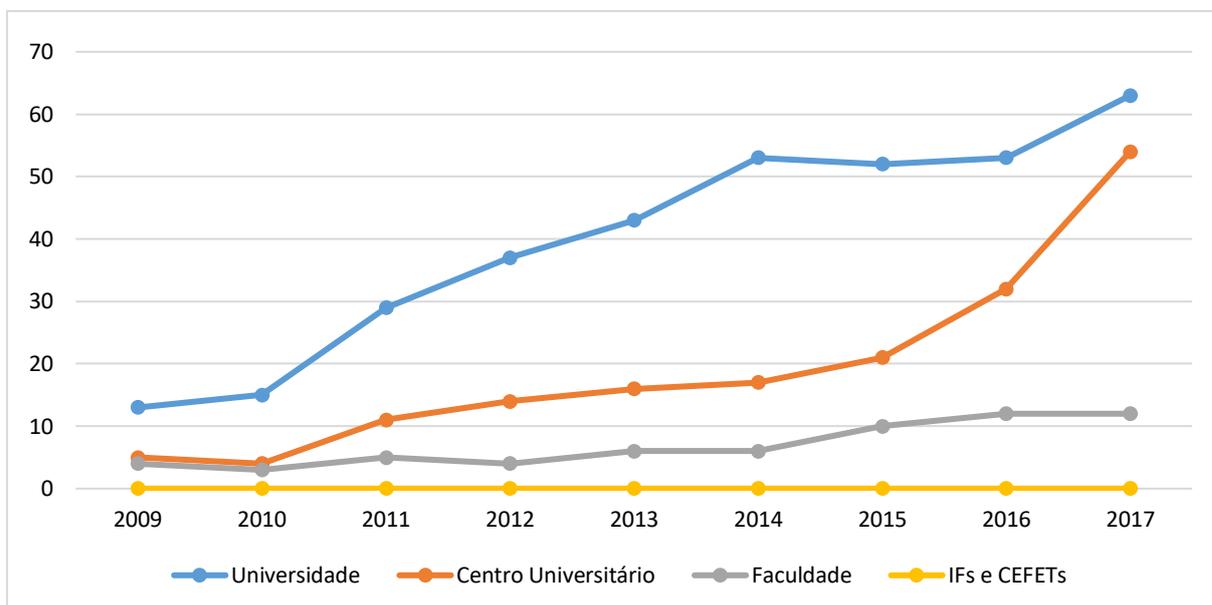
**FONTE:** INEP. Elaborado pelos autores

Tomando como referência os dados apresentados no Gráfico 4, ressalta-se o crescimento e a participação efetiva dos Cursos de Empreendedorismo em Faculdades, que concentram praticamente metade desses cursos de graduação no ano de 2017; a maior parte está concentrada em IES privadas. A preferência por esse tipo de curso justifica-se pelo aumento na venda de cursos superiores mais flexíveis, com alto percentual de financiamento, sob a promessa de acesso a níveis mais elevados da educação para as classes populares localizadas nas periferias urbanas das capitais do país.

No âmbito das IES públicas, a maior parte dos cursos presenciais de graduação em Empreendedorismo está em Universidades e em IF e/ou CEFET. O aumento no número de Cursos de Empreendedorismo começou a consolidar-se a partir do ano de 2010 e acentuou-se entre os anos de 2014 e 2017, como apresentado no Gráfico 4. Se nas Universidades públicas existiam apenas 12 cursos presenciais de empreendedorismo em 2014, em 2017, apenas três anos depois, existiam 42 cursos nessas Universidades. Nas IES privadas, esse crescimento se deu, principalmente, nas Faculdades (INEP, 2014, 2017).

A expansão do curso de empreendedorismo não se deu, somente, pelo aumento no número de instituições que oferecem o curso, mas, também, pelas mudanças na oferta. A modalidade EaD foi um fator importante para essa expansão, conforme podemos visualizar no Gráfico 5.

**GRÁFICO 5** – Evolução do número de cursos de graduação em Empreendedorismo EaD no Brasil – Por Organização Acadêmica



**FONTE:** INEP. Elaborado pelos autores

Assim como os cursos presenciais, o crescimento no número de Cursos de Empreendedorismo em EaD se deu a partir de 2010. De 2010 a 2017, o aumento no número de cursos em Universidades foi de 420%. Já o crescimento em Centros Universitários foi 1.800%, no mesmo período, como mostra o Gráfico 5. Nos dois casos, a variação do crescimento dos Cursos de Empreendedorismo EaD foi superior aos cursos presenciais. Segundo a Sinopse Estatística do Ensino Superior, se no ano de 2009 eram 22 cursos EaD para 200 cursos presenciais, equivalente a 11%; em 2017 esse percentual sobe para 27%, 129 cursos EaD para 482 presenciais (INEP, 2009, 2017).

O aumento na oferta desses cursos tem como justificativa a oportunidade de oferecer às camadas populares, um “tipo especial” de educação superior, “não tão longa, nem tão densa” quanto aquela graduação que almejavam, como o CST. Nesse caso, o aumento significativo na procura por Cursos de Empreendedorismo decorre da necessidade do trabalhador acionar novas habilidades para proporcionar geração de renda diante da escassez de oportunidades. Silva e Souza (2009) destacam que na conjuntura atual, diante da precarização do trabalho, intensificou-se a exigência de um novo perfil de trabalhador com características plásticas.

Nesse sentido, Silva e Souza (2009) apontam que o currículo escolar não está restrito à transmissão de conteúdos de forma neutra e apolítica, mas inclui também a transmissão de hábitos,

valores e representações da cultura hegemônica. No caso do Curso de Empreendedorismo, é a transmissão do ideal do “empreendedor de sucesso”.

## **O Empreendedorismo nos CST**

A partir dos dados divulgados pelo INEP na Sinopse Estatística do Ensino Superior, verificamos que o aumento no número de Cursos de Empreendedorismo coincide com o período de expansão do Ensino Superior. Portanto, concluímos que no período de 1997 a 2017, o crescimento exponencial de Cursos de Empreendedorismo deve-se, entre outras variáveis, ao aumento no número de CST e à atualização do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia em 2006, que unificou diferentes cursos voltados para esse tema, oferecidos em variadas instituições. Além disso, a oferta dos CST foi influenciada pelos inúmeros dispositivos legais sancionados no período analisado.

No que se refere aos dispositivos legais, destacamos a Resolução do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Pleno nº 3/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos CST, segundo a qual uma das finalidades desses cursos consiste em “*incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora* e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos” (BRASIL, 2002, Art. 2º-I – grifo nosso). Na mesma direção, segue o Parecer do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior nº 436/2001, ao declarar que o profissional que conclui um CST deve estar apto para atuar de “forma plena e inovadora” na área profissional escolhida. Além disso, “deve ter formação específica para: a) aplicação, desenvolvimento, pesquisa aplicada e inovação tecnológica e a difusão de tecnologias; b) gestão de processos de produção de bens e serviços; e c) o desenvolvimento da capacidade empreendedora” (BRASIL, 2001, p. 9).

Além da Resolução e do Parecer citados, a Lei nº 11.892/2008, importante instrumento de expansão da rede de Educação Profissional e do Ensino Superior, estabelece como uma das finalidades e características dos Institutos da Rede Federal: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, *o empreendedorismo*, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (BRASIL, 2008, Art. 6º VIII – grifo nosso).

Os objetivos presentes nos dispositivos legais citados são corroborados nas propostas curriculares de diversos CST voltados para a área de empreendedorismo, como o Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, assim como em outros cursos, por exemplo, o Curso de Tecnologia em Empreendedorismo e Novos Negócios e o Curso de Tecnologia em Empreendimentos. Desta forma, verificamos que o estímulo ao

desenvolvimento da atividade empreendedora integra o conjunto de finalidades dos CST, inclusive para os cursos que não apresentam afinidade com a área do empreendedorismo. Assim sendo, o estímulo ao desenvolvimento da capacidade empreendedora individual não está restrito ao Curso de Empreendedorismo. Com isso, a formação perpassa pela estratégia de preparar o estudante para o desafio de empreender.

O Curso de Tecnologia em Empreendedorismo e Novos Negócios, segundo a UNOESC, tem como objetivo capacitar profissionais para gerenciar novos negócios, ao suprir a carência de conhecimentos nas áreas de planejamento financeiro, organização de processos, marketing, liderança, negociação, relações humanas e com o consumidor. Além disso, permite que o “empreendedor, ou futuro empreendedor, entenda e saiba atuar como gestor de seu negócio numa visão macro de um negócio e não apenas com conhecimento técnico”. Segundo a Instituição, a oferta desse Curso tem como justificativa a necessidade de suprir a carência de profissionais que dominam os conteúdos citados, ao atender a demanda das empresas que atualmente buscam, em suas contratações, profissionais com competências empreendedoras para atuar dentro das empresas (UNOESC, 2020). Dessa forma:

O discurso empresarial enfatiza, ainda, um perfil de trabalhador marcado pela flexibilidade frente às mudanças, investindo em sua formação permanente e aberto a novos desafios, um empreendedor de si mesmo que garantiria, dessa forma, sua empregabilidade e permanência num mercado em contínua transformação (LIMA, 2010, p. 160).

O Curso de Tecnologia em Empreendedorismo oferecido pela Anhanguera, segundo a instituição, é voltado para quem tem um negócio próprio e quer aprimorá-lo, para quem quer ser um micro ou pequeno empresário, ou implantar projetos inovadores em grandes empresas. É destinado a “quem tem iniciativa, flexibilidade, gosta de lidar com pessoas e liderar equipes” (ANHANGUERA, 2019).

Tomando como referência os dois CST voltados para a área do empreendedorismo citados, verificamos que, dentre os objetivos dos Cursos, está o estímulo ao desenvolvimento da personalidade empreendedora, seja para atuar como empresário ou como trabalhador numa empresa. Nesse caso,

O trabalho autônomo é valorizado como ideal pelas empresas que passam a dispor da força de trabalho, apenas quando necessitam. O trabalhador, empresário e patrão de si mesmo, torna-se responsável por sua reprodução social, pagando por sua conta, taxas e impostos para ter acesso a serviços sociais, sejam estatais, sejam privados. Para sobreviver no mercado, depende ainda da busca de formação e atualização contínua, adaptabilidade às novas tecnologias, capacidade de inovar e se mostrar atento às mudanças, enfim, tornar-se flexível, aberto aos novos desafios (LIMA, 2010, p. 160).

No que se refere aos CST de outras áreas que não se relacionam com empreendedorismo, a estratégia adotada para desenvolver a capacidade empreendedora individual se deu por meio da inserção de um componente curricular que trate desse tema. Tal realidade pode ser comprovada, por exemplo, em IES privadas como a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a UNOESC, já que todos os CST oferecidos por essas instituições, independente da área, apresentam em sua grade curricular disciplinas voltadas para o universo empreendedor.

A exemplo da realidade citada, dos nove<sup>11</sup> CST oferecidos pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, oito apresentam em sua grade curricular as disciplinas obrigatórias “Projetos Empreendedores” e “Princípios de Empreendedorismo”. Nesse caso, a exceção é o Curso de Tecnologia em Empreendedorismo e Novos Negócios que apresenta em sua grade curricular, além das disciplinas citadas, a disciplina de “Empreendedorismo de Impacto Social”. Ao nosso ver, o fato mais importante a ser destacado, não é diferença entre o número de disciplinas entre os Cursos que são voltados para o empreendedorismo e aqueles que não são e, sim, a presença significativa dessas disciplinas em Cursos que não tem relação direta com o universo empreendedor como, por exemplo, o Curso de Tecnologia em Jogos Digitais.

No caso da UNOESC, dos sete<sup>12</sup> CST disponíveis na instituição, todos apresentam em sua grade curricular a disciplina Empreendedorismo e Inovação. Seguindo na mesma direção, a PUC-PR oferece variadas disciplinas (Atitude Empreendedora, Inteligência Artificial na Gestão de Negócios e Empreendedorismo) voltadas para a área empreendedora nos quatro CST oferecidos pela instituição, que são: Curso de Estética e Cosmética (Tricologia e Hair Stylist) ou (visagismo e dermoestética), Curso de Inteligência Artificial Aplicada e Curso de Jogos Digitais.

A inserção de disciplinas voltadas para o universo empreendedor em CST que não são da área de empreendedorismo não é exclusividade das IES privadas. IES públicas como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro oferecem, obrigatoriamente, em seus CST, disciplinas relacionadas ao exercício da atividade empreendedora. O Curso de Gestão Ambiental oferece a disciplina Empreendedorismo e Meio Ambiente. O Curso de Gestão da Produção Industrial oferece a disciplina Estratégia de Mercados. Os Cursos de Jogos Digitais, Processos Químicos e Redes de Computadores oferecem a disciplina Empreendedorismo.

---

<sup>11</sup> Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão Comercial, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Gestão Financeira, Tecnologia em Jogos Digitais, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Marketing, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Empreendedorismo e Novos Negócios.

<sup>12</sup> Gastronomia, Análise de Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Comercial, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Recursos Humanos, Processos Gerenciais, Tecnologia em Radiologia.

É importante ressaltar que a inserção de disciplinas voltadas para área empreendedora na grade curricular dos CST oferecidos por IES privadas e públicas sofre interferências de dispositivos legais e órgãos reguladores, como o Ministério da Educação. Tais medidas reforçam o desenvolvimento da capacidade empreendedora individual para geração de renda, portanto, uma alternativa individual para enfrentar a escassez de oportunidades do mercado de trabalho formal.

### **Considerações Finais**

A partir da análise dos dados apresentados na Sinopse Estatística do Ensino Superior, no período de 1997 a 2017, verifica-se que a oferta de cursos de curta duração, relativamente mais baratos e que qualificam os trabalhadores dentro dos limites necessários para apenas exercerem uma profissão, como os CST, seguem no horizonte de IES públicas e privadas como medida de expansão do Ensino Superior. Portanto, os Cursos Superiores estão relacionados a uma política educacional mais ampla – iniciada no Brasil ainda nos anos de 1960 – de fragmentação e precarização da educação como um todo.

Diante dessa realidade, a formação oferecida nos CST não garante a todos os egressos a inserção no mercado de trabalho, seja em decorrência da formação minimalista, seja pela escassez das oportunidades de trabalho formal ou pela união dos dois fatores. Tal realidade exige a adoção de estratégias por parte dos governantes para conformar a população diante do desemprego, como o estímulo ao exercício da atividade empreendedora. Não é por acaso que os dispositivos legais que regulamentam os CST estabelecem como uma das suas finalidades o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

Seguindo nessa direção, o Curso de Empreendedorismo, como já mencionado, é um expoente, não só pelo aumento significativo no número desses cursos ao longo dos anos, mas também, pelos ideais da sua proposta curricular, que corroboram as diretrizes dos CST. O incentivo à atividade empreendedora presente nos dispositivos legais que regulamentam os CST, assim como no Curso de Empreendedorismo, demarca uma pedagogia proposta pelo capital que estimula os ideais de protagonismo individual para proporcionar geração de renda.

As IES privadas dominam a oferta de CST, assim como a oferta do Curso de Empreendedorismo. O mercado educacional expandiu a oferta de cursos, incorporando o maior número possível de pessoas à sua esfera de atividade, especialmente dos segmentos populares economicamente desfavorecidos. Por fim, assim como aponta Saviani (1989), um confronto está posto, no qual o Ensino Superior pode-se tornar um *locus* de formação humana e crítica,

para além da formação profissional, ou, por outro lado, gradativamente iremos nos deparando com um empobrecimento do caráter científico-filosófico da educação, configurando um verdadeiro *apartheid* educacional no país.

## Referências

ANHANGUERA, Educacional. Ciências Exatas e da Terra. *Empreendedorismo-Tecnólogo*. Valinhos: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.anhanguera.com/curso/empreendedorismo/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: DF, 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm) .

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria MEC nº 1.005, de 10 de setembro de 1997*. Implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP). Brasília: DF, 1997. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC1005\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC1005_97.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer CNE/CES nº 436, de 02 de abril de 2001*. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Brasília: DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília: DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm).

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES*, Brasília: DF, 1997.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Superior 1997 a 2017*. Brasília: DF, 1997-2017 Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 08 nov. 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo da Educação Superior: Resumo técnico 2003*. Brasília: DF, 2003. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 08 nov. 2019.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set/dez 2010, p. 158-198. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v12n25/07.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000300007>.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. *Educação e Política no Brasil de Hoje*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 120 p.

PACHECO, Eliezer. *Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes*. Ministério da Educação. Brasília: DF, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 ago. 2020.

PUC-RS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Negócios. *Administração: Inovação e Empreendedorismo*. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <http://www.pucrs.br/negocios/curso/administracao-inovacao-e-empreendedorismo/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo*. 32. ed. São Paulo: Autores Associados, 1999. 99 p.

SILVA, Maria Vieira; SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação e responsabilidade empresarial: "novas" modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. *Educação & Sociedade*, São Paulo: Campinas, v. 30, n. 108, p. 779-798, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0830108.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300008>.

TELLO, César. Políticas educativas na América Latina: para uma compreensão da globalização neoliberal. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Minas Gerais: Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 328-345, mai./ago. 2018. Disponível em: [http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducacao\\_politicas/article/view/47040/25511](http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducacao_politicas/article/view/47040/25511). Acesso em: 10 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v7n2a2018-09>

UNILESTE, Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais. *Projeto Pedagógico de Curso: Administração*. Escola de Ciências Sociais e Aplicadas. Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://unileste.catolica.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/08/ppc-administracao.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

UNOESC, Universidade do Oeste de Santa Catarina. Graduação. *Tecnologia em Processos Gerenciais*. Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/cursos/graduacao/tecnologia-em-processos-gerenciais/apresentacao/376/711/E/matriz>. Acesso em: 30 jul. 2020.